

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 29ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 04/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Projetos para Votação em Plenário**

1) PL 391/1999	Ver. WADIIH MUTRAN (PP)	Votação			
DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO PARA QUE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E PROFISSIONAIS LIBERAIS FUNCIONEM NA RESIDENCIA DE SEUS TITULARES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião;

Adiado por 10 (dez) sessões em 24/06/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura;

Adiado por 3 (três) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a liberação para que microempresas, empresas de pequeno porte e profissionais liberais funcionem na residência de seus titulares, desde que: i) não estejam situadas em áreas ou zonas de preservação ambiental; ii) não estejam situadas no entorno de bens tombados ou em áreas de preservação permanente; iii) não ocupem faixas ou áreas “non aedificandi”; iv) não ocupem partes comuns ou unidades de edificações multi-familiares de uso exclusivamente residencial, sem a autorização, com unanimidade, do condomínio; v) não estejam situadas em áreas ou zonas estritamente de uso residencial. O art. 4º determina que não será concedida liberação nos termos desta lei para o estabelecimento e funcionamento das seguintes atividades: i) estabelecimento de ensino; ii) clínicas médicas ou veterinárias com intervenções; iii) comércio de produtos químicos ou combustíveis; iv) bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas; v) comércio de armas e munições; vi) casas de diversões; vii) comércio de fogos e artifícios.

Segundo o art. 6º, os imóveis ocupados pelas microempresas e empresas de pequeno porte serão considerados de destinação residencial, para efeito de lançamento e cobrança do IPTU.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo “visando adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa”. (fl. 09).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** foram realizadas duas audiências públicas às folhas 17-26 (com menção ao PL às folhas 18-26) e 55-77 (com menção do PL às folhas 56-59).

Foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 27) com resposta do Executivo às folhas 31-53:

- “A medida proposta, no contexto da Legislação de Uso e Ocupação do Solo em vigor, nada mais é do que permitir o uso misto entre a categoria de uso residencial com outras categorias não residenciais. Em se tratando da matéria a Lei nº 9.483, de 22 de junho de 1982, já prevê a possibilidade de implantação do

uso misto, em qualquer zona de uso e envolvendo quaisquer categorias de uso, desde que todas sejam uso conforme na zona de uso em que se pretenda instalar. Além disso, a implantação do uso misto está sujeito ao atendimento das demais regras estabelecidas como as relativas aos acessos às atividades, que devem ser independentes, às necessidades de vagas de estacionamento de veículos, à largura de vias e outras. (...) **Portanto, além do fato de já existir regulamentação sobre o tema, a legislação em vigor é muito mais abrangente do que aquilo que está sendo proposto no projeto.** Dessa forma, opinamos pelo veto do Projeto de Lei nº 391/99 na sua totalidade". (fl. 32).

- "Sobre esse assunto, compartilhamos com o entendimento da SEMPLA, consubstanciado às fls. 10, de que a matéria já está disciplinada, de forma mais detalhada e abrangente na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, na parte onde são referidas as possibilidades e condições de implantação de uso misto quando uma das categorias for a residencial. Em razão disso, entendemos que a sanção desse PL pelo Executivo irá contribuir para aumentar, desnecessariamente, a complexidade da legislação em vigor, podendo assim suscitar muitas questões problemáticas tanto no que se refere à sua aplicação, como no que diz respeito ao seu atendimento e fiscalização, além de onerar ainda mais o Corpo Fiscalizatório Municipal que, a nosso juízo, já se encontra sobrecarregado em razão da extensa pauta de atribuições que lhes são conferidas por uma ampla e variada gama de normas legais. Pelo exposto, manifestamo-nos pelo veto. (fl. 38).

**Parecer contrário:**

- "(...) não seria possível, como se pretende alguns incisos do artigo 1º do projeto, restringir a instalação de certas atividades em determinadas zonas de uso, pelo fato de serem microempresas ou empresas de pequeno porte, ou mesmo não permitir o uso de bens tombados, desde que sejam respeitadas as normas pertinentes. Da mesma forma, as restrições às ocupações de faixas "non aedificandi" e de área de preservação permanente encontram-se devidamente previstas em legislação." (fl.85).

- "Além disso, embora o projeto de lei considere microempresas e empresas de pequeno porte aquelas que possuam até dois empregados, a definição destas duas categorias de empresa encontra-se estabelecida na Lei Federal Complementar nº 123/2006 que, entre outros aspectos, instituiu o Estatuto nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e baseia-se unicamente no critério de 'receita bruta anual'". (fl. 85).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 87 e 88).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas de fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 391/1999**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, visa a liberação para que microempresas, empresas de pequeno porte e profissionais liberais funcionem na residência de seus titulares, desde que: i) não estejam situadas em áreas ou zonas de preservação ambiental; ii) não estejam situadas no em torno de bens tombados ou em áreas de preservação permanente; iii) não ocupem faixas ou áreas "non aedificandi"; iv) não ocupem partes comuns ou unidades de edificações multi-familiares de

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 29ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 04/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

uso exclusivamente residencial, sem a autorização, com unanimidade, do condomínio; v) não estejam situadas em áreas ou zonas estritamente de uso residencial.

O art 4º determina que não será concedida liberação nos termos desta lei para o estabelecimento e funcionamento das seguintes atividades: i) estabelecimento de ensino; ii) clínicas médicas ou veterinárias com intervenções; iii) comércio de produtos químicos ou combustíveis; iv) bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas; v) comércio de armas e munições; vi) casas de diversões; vii) comércio de fogos e artifícios.

Segundo o art. 6º, os imóveis ocupados pelas microempresas e empresas de pequeno porte serão considerados de destinação residencial, para efeito de lançamento e cobrança do IPTU.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “visando adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 431/2009		Ver. RICARDO TEIXEIRA (PV)				Votação			
DISPÕE DA REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE DO SALÁRIO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.							Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)						Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
Parecer: CONTRARIO						Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
						Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
						Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
						Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
						Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
						Ver. OTA (PROS)	.	.	.
						Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
						Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 09/09/2015 a pedido do Ver. Abou Anni;

Adiado por 2 (duas) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a regulamentação e controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A propositura considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **legalidade** (fls. 25/26)

**Comissão de Administração Pública:** solicitou informações ao Executivo, com respostas as folhas 27-37.

**SEMPLA:** “(...) Verifica-se, assim, que a matéria objeto do PL em análise já está regulamentada no Município de São Paulo, além do que é invasiva da esfera reservada à iniciativa legislativa do Chefe do

*Poder Executivo, ao dispor de matéria concernente à remuneração dos servidores municipais, art. 37, §2º, II da Lei Orgânica do Município de São Paulo” (fl.30)*

*“(…) ressaltando o vício de iniciativa de que se reveste o PL e considerando que a matéria já está disciplinada no âmbito municipal, opinamos pelo veto integral ao PL 431/09”(fl.30)*

A Comissão exarou **parecer contrário**, justificando sua posição na resposta do Executivo, que esclareceu “que a matéria constante do presente projeto de lei encontra-se regulamentada no âmbito municipal pela Lei 15.401, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e pelo Decreto 52.192, de 18 de março de 2011, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Administração Municipal” (fl. 38).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Do ponto de vista orçamentário-financeiro, caso a propositura venha a ser aprovada, não gerará gastos adicionais ao Erário.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO  
DE LEI Nº 431/2009**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, visa a regulamentação e o controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A propositura considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, enquanto a colenda Comissão de Administração Pública manifestou-se contrariamente à propositura, justificando sua posição na resposta do Executivo, que esclareceu “que a matéria constante do presente projeto de lei encontra-se regulamentada no âmbito municipal pela Lei nº 15.401, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e pelo Decreto Municipal nº 52.192, de 18 de março de 2011, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Administração Municipal”.

Em que pesem as elevadas intenções do nobre Autor, esta Comissão acompanha a posição da Comissão de Administração Pública, bem como do Executivo, considerando que a matéria já está disciplinada no âmbito municipal.

**Contrário**, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 29ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 04/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

3) PL 229/2014		Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)			
PREVÊ DIVULGAÇÃO PELAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DE VALORES ARRECADADOS E INVESTIDOS NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.  Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)  Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** obriga toda concessionária de serviço público municipal a: i) fazer a divulgação permanente dos valores arrecadados com o desempenho de suas atividades relativas à concessão, bem como os valores investidos na manutenção das respectivas instalações e serviços; ii) trimestralmente, elaborar relatório detalhado com os valores arrecadados e investimentos realizados. Tais informações, estabelece o projeto, serão publicadas na Imprensa Oficial e remetidas à Câmara Municipal.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 167 a 169).

**Comissão de Administração Pública:** favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 170 e 171).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável, pois “a propositura, nos termos do projeto original, é oportuna, meritória e atende ao interesse público” (fls. 172 e 173).

**Comissão de Finanças e Orçamento:**

Sr. Ver. Relator:

Projeto de deliberação pelas Comissões Permanentes:

☐ sim ☒ não

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado relativas à fiscalização do cumprimento da norma, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

**Para avaliar o impacto das despesas apontadas, sugerimos envio de quesitos ao Executivo.**

O substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa não prevê que as concessionárias, permissionárias e autorizadas deverão divulgar os valores arrecadados com o

desempenho de suas atividades relativas especificamente à concessão, permissão e autorização. Assim, o texto do substitutivo pode ser interpretado como criando a exigência de que todo e qualquer valor arrecadado pela empresa, seja relacionado com a concessão, permissão e autorização ou não, deva ser divulgado permanentemente. Para deixar claro que as informações prestadas são relativas à atividade da concessão/permissão/autorização, sugere-se substitutivo.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia  
Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 229/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa obrigar toda concessionária de serviço público municipal a: i) divulgar permanentemente os valores arrecadados com o desempenho de suas atividades relativas à concessão, bem como os valores investidos na manutenção das respectivas instalações e serviços; ii) trimestralmente, elaborar relatório detalhado com os valores arrecadados e investimentos realizados. Tais informações serão publicados na Imprensa Oficial do Município e remetidos à Câmara Municipal.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Contudo, apresentamos substitutivo, que acolhe a redação sugerida no substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, mas deixa claro que as informações a serem prestadas são relativas exclusivamente às atividades da concessão/permissão/autorização:

**SUBSTITUTIVO Nº**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 229/2014**

Dispõe sobre a divulgação dos valores arrecadados e investidos pelas empresas prestadoras de serviço público no exercício de suas atividades, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º As concessionárias, permissionárias e autorizadas na prestação de serviços públicos ficam obrigadas a providenciar a divulgação permanente dos valores arrecadados no desempenho das atividades relacionadas à concessão, permissão e autorização, bem como dos valores investidos na manutenção das respectivas instalações e serviços através do envio trimestral, à Câmara Municipal de São Paulo, de relatório detalhado.

Parágrafo único. O relatório de que trata o caput deste artigo deverá ser publicado no Diário Oficial da Cidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 29ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 04/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

4) PR 6/2014	Ver. JEAN MADEIRA (PRB)	Votação			
ALTERA O ART. 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 3, DE 11 DE AGOSTO DE 1998 O INCISO VI DO ART. 3º E INCLUI O INCISO VIII NO ART. 3º DA REFERIDA RESOLUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Resolução nº 3, de 11 de agosto de 1998, que instituiu o Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal.

As alterações propostas visam categorizar o referido prêmio por ciclo educacional (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) e também alterar a redação do art. 3º com a finalidade de prever que o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC e o Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal – SINESP participem da Comissão Julgadora da concessão do referido prêmio.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **legalidade**, com apresentação de substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls.20/22).

**Comissão de Administração Pública:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.23).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável, com apresentação de substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, objetivando particionar em dois incisos o inciso III do art. 2º, com a finalidade de destacar a categoria Educação de Jovens e Adultos do referido prêmio.

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6/2014**

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Jean Madeira, visa alterar a Resolução nº 3, de 11 de agosto de 1998, que instituiu o Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 29ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 04/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

As alterações propostas visam categorizar o referido prêmio por ciclo educacional (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) e também alterar a redação do art. 3º com a finalidade de prever que o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC e o Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal – SINESP participem da Comissão Julgadora da concessão do referido prêmio.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

A colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes ofereceu substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, objetivando particionar em dois incisos o inciso III do art. 2º, com a finalidade de ressaltar a categoria Educação de Jovens e Adultos do referido prêmio.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 29ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 04/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Projetos de Deliberação das Comissões**

5) PL 50/2015	Ver. VALDECIR CABRABOM (PTB)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DO ASSESSOR PARLAMENTAR, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 29 DE OUTUBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto;

Adiado por 1 (uma) sessão em 28/10/2015 de ofício pelo Ver. Paulo Fiorilo.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Assessor Parlamentar, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de outubro.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 8/9), com apresentação de substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998” (fls. 9).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 10).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:**

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 50/2015**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Valdecir Cabrabom, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Assessor Parlamentar, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de outubro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a fim

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 29ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 04/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em